



12

Reunião ordinária pública**Data: 2020-12-09****Início: 14.30 horas****Local: <https://meet.jit.si/CMTomar/9121430pub>****Termo: 16.47 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

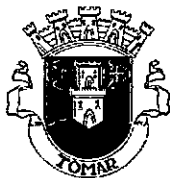
Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado justificou a falta à reunião por motivos profissionais e solicitou a sua substituição, ao abrigo ao artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 01 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR - REVALIDAÇÃO (45/PGEN/PR/2020)-----****N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020 (46/PGEN/PR/2020 - 15/DIVER/PR/2013) -----****PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----****N.º 03 – REFORÇO DE EQUIPAMENTOS PARA RECOLHA DE RECICLÁVEIS NO MERCADO MUNICIPAL (23/PPRC/DAJA/2020 - 48/DIVER/DAAOA/2013)-----****INFORMAÇÕES:-----**



- INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE:** -----
- N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (56/PPRC/PR/2020)**-----
- N.º 05 – CONTRATO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR, A TEJO AMBIENTE EIM, SA E A RSTJ EIM, SA (5055/ENTE/DAJA/2020 - 1/ENTEXT/PR/2019)**-----
- N.º 06 – IMPACTO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS ATÉ 2025 (5346/ENTE/DAJA/2020 - 3/ENTEXT/PR/2013)**-----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----
- N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA CHOROMELA, N.º 2 – Pedro António Boto Courinha Lobato (5338/ENTE/DAJA/2020 - 10/DIVER/DAJA/2014)**-----
- N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL ZERO – isenção de taxas (32/RUID/DAJA/2020)** -----
- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----
- N.º 09 – PROJETO ACADEMIA DE LÍDERES UBUNTU ESCOLAS - TOMAR (11/PPSR/DEISA/2020 - 2/PROGAPED/DEISA/2020)**-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 10 – AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DO CENTRO RECREATIVO CULTURAL E DESPORTIVO DO RANCHO FOLCLÓRICO DA PERALVA – isenção de taxas (187/EALV/DGT/2020 - 554/EDIF/DGT/2016)** -----
- N.º 11 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARRECADAÇÃO E ARRUMOS PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS – ESTACIONAMENTO – Angelique Jeannine Silva Teixeira e outro (9/AURB/DGT/2020 - 201/EDIF/DGT/2020)** -----
- DIVISÃO FINANCEIRA:** -----
- N.º 12 -AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS) EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E TRANSPORTE A QUENTE - Assunção de compromissos plurianuais (125/AQBS/DF/2020)**-----
- N.º 13 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A MUSEALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DO FÓRUM ROMANO DE TOMAR – procedimento de contratação (95/CPUB/DF/2020 - 76/CONPUB/DOM/2020)**-----
- Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público.** -----



e.
[Signature]
14

Esteve presente a Sra. Ana Margarida Martins Batista para dar nota do estado em que se encontra a praia fluvial de Chãs da Conheira e o seu acesso, e das diligências individuais que tem havido para que tenha as condições necessárias e suficientes para o fim a que está destinada, referindo o envio prévio de um conjunto de documentos que desconhece se já são do conhecimento de todos os eleitos presentes. -----

A Sra. Presidente informou que dada a hora a que os documentos chegaram aos serviços, e a sua quantidade, só depois da reunião a secretária poderá promover o seu envio sendo certo que os assuntos inscritos fazem referência a processos judiciais. -----

A Sra. Ana Batista assumiu que há várias questões de ordem judicial nesta situação, mas é especialmente para os assuntos de ordem não judicial que pretendem chamar à atenção. Referiu que a praia fluvial está descrita no Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode como zona de recreio balnear, oferece condições excelentes, está classificada pela QUERCUS com o selo azul, mas, por conflitos com particulares, ou por falta de capacidade, pese embora a Câmara tenha manifestado vontade de melhorar o acesso e criar condições, elas não existem; as condições não são as ideais em termos de acesso em segurança e de salubridade, como será possível verificar pela análise dos elementos enviados, que incluem registos fotográficos; pretendem clarificar que praticamente todo o troço que não oferece as necessárias condições, e onde tem existido uma espécie de conflito, pertence à área da União das Freguesias de Serra e Junceira e só uma ínfima parte do seu trajeto envolve a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar; a Junta de Freguesia de Serra e Junceira pode ter pouco ou nenhum conhecimento das matérias que têm sido colocadas, até a nível judicial, porque tem sido sempre chamada a Freguesia de São Pedro; era preciso que os eleitos daquela União de Freguesias tomassem conhecimento do facto e que estará sob a sua responsabilidade, caso o entendam, fazer alguma coisa em relação ao assunto porque o caminho tem pouquíssimas condições de segurança, é sinuoso, inclinado, tem o pavimento partido (em dois mil e onze, conforme foi reportado, e está documentado, o pavimento foi destruído), não permite o cruzamento de duas viaturas, particularmente numa rampa extremamente inclinada, onde já houve peões que escorregaram; tanto ela, como o seu pai, indicam o local da praia a centenas de pessoas que passam no Casalinho, porque não está sinalizado; abunda o lixo porque não há recipientes para a sua deposição, mas, mesmo que houvesse, o caminho de acesso não reúne condições para o acesso da viatura de recolha e limpeza. Salientou que há várias questões que merecem uma observação in loco pelos responsáveis da Freguesia e da Câmara e gostariam que fosse possível uma visita conjunta ao local para melhor explanarem todos os pontos que



9.
[Handwritten signature]

abordam nos documentos, e para que haja perceção das condições efetivas de segurança, de tráfego e de salubridade, que não estão minimamente asseguradas; há uma série de responsabilidades da Câmara, da Junta de Freguesia e de outras entidades, e gostariam de ajudar no sentido de criar melhores condições para os residentes e para os muito visitantes; em época alta, a praia está cheíssima, e, mesmo fora dela, é uma praia com condições muito singulares e, como utilizadores e pessoas da terra, gostariam de ver criadas condições adequadas a uma utilização proveitosa para todos e, acima de tudo, segura. -----

A Sra. Presidente reconheceu que é um espaço de excelência para uma praia fluvial, mas estranha que tenham considerado assim o espaço e não se tenha trabalhado a montante para garantir os acessos. Referiu que está a decorrer uma ação em Tribunal contra a Câmara sobre a expropriação dos terrenos na Conheira e não vão contribuir em nada para prejudicar a defesa da Câmara; vão remeter os documentos à Sra. Sindica, para que os avalie e se pronuncie quanto a uma eventual visita; todos conhecem o local, mas não rejeitam o convite, assim como não assumem qualquer compromisso, sem estarem seguros de não resultar prejuízo para a defesa da Câmara. -----

A Sra. Ana Batista disse que a sua exposição é sucinta e acaba por fazer um resumo dos documentos enviados, mas reconhece que a Sra. Presidente e os(as) restantes eleitos(as) não se poderão pronunciar sem apoio jurídico; há legislação diversa que remete para a Câmara, e para a Administração Pública em geral, a responsabilidade de assegurar as condições que não existem, sendo certo que existe um caminho centenário de acesso à praia fluvial, e o objetivo é que se mantenha e seja melhorado.-----

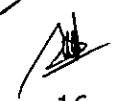
A Sra. Presidente referiu que, se estão a falar do mesmo caminho, a justiça já se pronunciou quanto à sua natureza não pública no âmbito de uma ação judicial movida contra a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, que foi multada num valor avultado. -----

A Sra. Ana Batista assegurou que não há qualquer dúvida de que o caminho é centenário, como provam todos os registos cadastrais, até da fase de expropriação.-----

A Sra. Presidente reforçou que há uma sentença judicial que considera que o caminho não é público.-----

A Sra. Ana Batista referiu que, muitas vezes, as pronúncias dos Tribunais se baseiam nos dados que são apresentados; não conhece os dados que foram apresentados no âmbito daquela ação, daí a oportunidade e necessidade da Sra. Sídica analisar os elementos ora apresentados, e outros que eventualmente possam vir a juntar, para perceber se os dados que foram apresentados numa fase inicial, e que levaram a essa sentença, terão sido os mais



9.

16

adequados ou os suficientes. Sublinhou que, muito antes da Albufeira ser criada, os registos cadastrais referem a existência daquele caminho público; ao longo dos tempos, houve várias situações, até de tentativa de apropriação, que foram anuladas, porque manifestamente não há como contestar; apesar de haver uma sentença judicial, pode ter por base falta de informação, desconhecimento ou uma qualquer outra situação, como muitas vezes acontece, e há sempre oportunidade de recurso; não sabe se estão ou não em tempo de recorrer, mas, acima de tudo, há necessidade de procurar a verdade e de garantir os direitos dos residentes e dos visitantes desta praia, que está perfeitamente definida no Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode e explanada na legislação desde há cinquenta anos, cujas condições podem e devem ser garantidas.-----

Esteve presente o Sr. Benvindo Jesus Batista que, em relação à mesma matéria, disse que têm acontecido muitos casos ao longo dos tempos; desde cedo, as lacunas dos processos judiciais levaram a sentenças desajustadas; primeiro, teve-se em atenção um poço que não existia no terreno que estava em apreciação; mais tarde, que o caminho inverte para a esquerda, quando o caminho inverte para a direita; a casa está num terreno que foi expropriado, fizeram muros, encheram, fizeram uma planície muito bem feita, mas o caminho para lá chegar está na freguesia de Serra e Junceira, e não na Freguesia de São Pedro de Tomar, que só lá terá quinze ou vinte metros, e colocou um contador de água em área que não lhe pertence. Referiu que a ação contra a Assembleia e contra a Câmara já terminou e que já pagou as custas de parte, num valor de mais de mil euros, a juntar ao muito que tem gasto.

A Sra. Presidente referiu que, de acordo com a informação que possui, ainda decorre o processo mil duzentos e cinquenta e quatro barra catorze ponto zero BELRA.-----

O Sr. Benvindo Batista referiu que a ação não teria sido bem instaurada e está extinta. Saliu que o mundo não acaba hoje, que o mar está muito longe e que é preciso criar condições de acesso para as centenas de pessoas que continuam a acorrer ao local, e é à Câmara que, nos termos legais, compete fazer as infraestruturas.-----

A Sra. Ana Batista referiu que, em relação ao processo oitocentos e sessenta e dois barra catorze ponto quatro BELRA, que continua a decorrer, a situação que pretendem abordar já foi apreciada tecnicamente pela Divisão de Gestão do Território; há uma série de incumprimentos, com muros construídos dentro do nível de pleno armazenamento da albufeira, estão identificadas várias construções ilegais e, em dois mil e catorze, a Câmara Municipal ordenou a sua demolição; as coisas vão-se arrastando no tempo, passaram décadas e, mais uma vez, os



e
[Signature]

17

utilizadores, os residentes e os visitantes não têm oportunidade de usufruir de um espaço com condições excecionais.-----

A Sra. Presidente realçou que foi ordenada a demolição, mas a pessoa visada intentou uma ação judicial contra a Câmara, que tem efeitos suspensivos e, enquanto não houver decisão, não podem proceder à demolição das edificações que não estão legais. -----

A Sra. Ana Batista sublinhou que, tendo em conta a sensibilidade do local, a presença de uma zona balnear e de uma albufeira que abastece água para consumo humano, há um ponto em particular que oferece maior preocupação e seria fundamental verificar e esclarecer; foram identificadas uma série de construções, que se presume gerem esgotos, e o seu receio é que possa estar em causa um grande problema de salubridade. Perguntou até que ponto pode a Câmara, face ao efeito suspensivo da ação, proceder a fiscalização para verificar se determinadas condições estão asseguradas e acauteladas; virtualmente, as respostas dos tribunais podem demorar dez anos e podem estar perante uma situação de contributo permanente de contaminação para uma linha de água, por não estarem asseguradas as condições definidas pelo INAG, pelo menos ao nível das fossas, que não deviam existir. -----

A Sra. Presidente disse que não tem de cor o teor do auto da ação fiscalizadora, ou se existe fossa séptica, elementos que terá que recolher para poder dar resposta.-----

A Sra. Ana Batista disse que mesmo que a verificação efetuada pela fiscalização tenha sido inconclusiva em relação à existência de fossas, não há garantia de que não existam ou que existam em condições inadequadas, e gostaria de saber se, nesta fase, a Câmara tem capacidade para fazer uma nova inspeção, pelo menos para confirmar se nesta zona da albufeira de abastecimento estão cumpridas as condições mínimas para tratamento de esgotos. -----

A Sra. Presidente deu nota de que, neste momento, essa fiscalização é feita pela Tejo Ambiente e pode ser solicitado à empresa que se desloque ao local e verifique essa questão. --

A Sra. Ana Batista disse que essa ação é premente, pelo menos para salvaguardar o que seja possível. -----

O Sr. Benvindo Batista disse que lhe foi recusado um pedido para se constituir assistente no processo e fez outro, para poder ajudar a Câmara - é uma questão de honra, porque todos são responsáveis pelo que vão deixar aos que vêm a seguir - porque parece que ninguém conhece o processo; a Junta de Freguesia de São Pedro nunca o chamou e preferiu ir para lá com gente que nem conhece a freguesia, colocou um contador de água em terreno da Freguesia da Serra, e é um compadrio muito grande. Referiu que o anterior proprietário do terreno que o Sr.



e.
[Signature]
18

Borges de Castro comprou em mil novecentos e setenta e três, já tinha encetado várias ações com o objetivo de tirar o caminho, mas não o conseguiu; o atual proprietário veio, dedicou-se à política no CDS, pediu um parecer ao Dr. Freitas do Amaral e também ao Dr. Machado, a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar também era do CDS e todos benzeram aquilo, e fizeram o que fizeram, mas aquilo não pode morrer assim porque está a ofender toda a gente; é inadmissível e uma afronta que uns poucos possam usufruir de duas casas de banho, feitas em dois mil e seis, e, do outro lado, centenas de outras pessoas tenham que andar com papéis pelo meio do mato. -----

A Sra. Ana Batista referiu que, acima de tudo, gostariam de saber que margem e que atitude existe para intervenção da Câmara, e para poderem ajudar, porque é esse o intuito que os move; o seu pai tem muito conhecimento nesta matéria, e ela própria vai tendo também, mas também tem muito interesse nesta zona, que deve ser estimada, cuidada e servir para usufruto das pessoas, pelas condições únicas que oferece; por vezes, não é fácil explicar todo o conhecimento e seria de todo o interesse promover uma visita ao local, com a maior brevidade que for possível, se a Sra. Sindica não reconhecer qualquer entrave - até porque, aparentemente, o processo está extinto, e, no outro caso, a Tejo Ambiente poder verificar e garantir as condições existentes. Referiu que, nas demais questões, importa que haja uma tomada de consciência por quem a não tem; os(as) senhores(as) vereadores(as) conhecerão a situação, mas há as nuances de o caminho estar atribuído à freguesia de São Pedro e os terrenos estarem na União das Freguesias de Serra e Junceira e gostariam de ter a oportunidade de as explicar no local, até porque uma imagem vale mais do que mil palavras. -

A Sra. Presidente referiu que a documentação recebida vai ser enviada aos senhores(as) vereadores(as) e à Sra. Sindica Municipal e que, após a análise desta, será ou não marcada a visita, realçando que, talvez, fosse preferível que pudessem ter uma conversa prévia com ela.

A Sra. Ana Batista manifestou que estão totalmente disponíveis para tudo o que possa adiantar trabalho e obter/dar esclarecimentos porque, assim, a visita ao local poderá ser muito mais frutífera; a ideia é mesmo partilhar informação e que todos falem a mesma língua para conseguirem levar a bom porto as necessidades dos órgãos executivos do município e da freguesia, que têm que garantir as questões legais, e dos utilizadores destas praias, que são centenárias e querem que se mantenham para as gerações vindouras.-----

Esteve presente a Sra. Ana Branco que começou por referir que é uma pena que, às vezes, os filhos sigam as pisadas dos pais pelo mau sentido. Reconheceu que a tal praia existe no Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode, mas também existem os proprietários



[Handwritten signature]
19

dos terrenos onde está implantada; ao contrário do que foi dito anteriormente, a estrada não é centenária, porque foi aberta pelo Eng.º Mário Duarte Ferreira cujas filhas, suas herdeiras, morreram num espaço de tempo muito curto; pode aparentar abandono, mas não o está tanto assim, tanto mais que os herdeiros, que não querem vender o que é seu a ninguém, para um dia fazerem ali alguma coisa, moveram uma ação judicial, e ganharam; as pessoas da aldeia habituaram-se a vender os terrenos e por via disso perderam alguns acessos à albufeira, mas eles continuam a existir para quem o faça a pé; não se pode fazer estradas ou obra em propriedade privada e o senhor que a antecedeu sabe disso há muito tempo, mas adora arranjar quezílias, fá-lo pela praia e pelas demais coisas e, agora, infelizmente, resolveu meter também a filha ao barulho. Referiu que este senhor resolveu assinalar a praínha com uma plaquinha de madeira, e devia ter vergonha, porque tem que se tratar com algum respeito os proprietários dos terrenos e também as pessoas que querem ir para lá e que estão a ser induzidas em erro quando seguem as placas a indicar uma praia fluvial e o que existe é um antro sujo e porco, também porque as pessoas que utilizam o espaço deixam o lixo no sítio para onde vão regressar, porque não se querem dar ao trabalho de levar o saquinho do lixo até à povoação. Sublinhou que é evidente que ninguém quer ver os seus terrenos expropriados, que as pessoas têm que cuidar dos sítios para onde vão e não podem nem devem sujar – o ambiente começa a tratar-se em casa e, na rua, deve atuar-se de igual forma, com higiene. Relativamente ao outro caminho e ao Eng.º Borges de Castro, disse que a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, presidida pelo Sr. António dos Santos, fez uma troca de caminhos e a estrada pública passou a existir entre a sua propriedade e a propriedade do Eng.º Borges de Castro; há uns anos, a pedido do proprietário, que não podia estar presente, testemunhou uma fiscalização efetuada pela Câmara, onde viram as fossas e tudo o que havia; a Câmara tem os seus registos, mas há quem continue a bater na mesma tecla; a casa (de madeira) que foi referida, e que tanto perturba, não é uma casa de banho; veio substituir uma casa velha que sempre lá existiu (mora ali há quarenta e quatro anos e já lá existia) e é usada para os muitos netos do proprietário poderem estar à vontade; todos sabem que o Eng. Borges de Castro tem uma coisa pendente com a Câmara e que está a decorrer um processo em Tribunal, mas ele fez uma estrada para substituir o caminho de carros de boi que lá exista, onde se zurrava a madeira para o rio Zêzere antes de haver albufeira; a Sra. Teresa Rasteiro foi a primeira proprietária da casa e tentou por várias vezes retirar esse caminho, mas não conseguiu; o Eng.º Borges de Castro conseguiu retirar esse o caminho que passava encostado à janela de sua casa, com a contrapartida de fazer uma estrada com todas as



e'
A

20

dimensões que ela agora tem e os muros de suporte que existem em ambos os lados; ele cumpriu o contrato que fez com a Junta de Freguesia, posteriormente ratificado pela Assembleia de Freguesia de São Pedro de Tomar, e o Sr. Benvindo Baptista tem perfeita noção disso porque viram-no no local, com o contrato na mão, para ver se as medidas estavam todas certas. Referiu que há gente que, quando não tem sarna para se coçar, inventa, mas o pior é que a sarna também atinge outros, e isso é muito aborrecido; este senhor não gosta de ninguém, nem dele, porque, se gostasse, deixava-se estar sossegado e não levantava problemas onde eles não existem; os Tribunais são soberanos, mas o senhor quer sobrepor-se às decisões judiciais; por alguma razão as coisas não andam muito bem naquela aldeia para o lado dele, mas é conversa que não tem interesse para aqui. -----

A Sra. Presidente perguntou aos(às) Srs(as) Vereadores(as) se pretendiam colocar alguma questão, não tendo havido demonstração desse interesse. -----

A Sra. Ana Batista referiu que as questões que colocou estão devidamente explanadas no suporte documental enviado; particularmente sobre a propriedade particular dos terrenos, se a Câmara o entender pode ocorrer a declaração de utilidade pública dos terrenos necessários; estão identificadas pela Câmara seis, sete ou mais edificações na propriedade do Sr. Borges de Castro e são assaltados por dúvidas relativamente à localização das fossas; a Sra. Ana Cristina acaba de dizer que as fossas foram fiscalizadas, a Sra. Presidente não se recorda e era bom clarificar e solicitar à Tejo Ambiente a verificação da situação atual. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou que, independentemente da opinião que cada um possa ter sobre a justiça ou sobre os tribunais, não podem, num dia, achar que são bons para uma coisa e, no outro, que são maus para outra coisa; são os Tribunais que mandam sempre que há processos judiciais a decorrer ou tenham decorrido; não irá dizer muito, porque há processos em Tribunal, mas não pode deixar de referir que a inspeção às fossas existiu e foi ordenada por si, talvez em finais de dois mil e quinze; independentemente da opinião de cada um, enquanto titulares de órgãos públicos, e enquanto entidade pública, qualquer que seja, não pode(m), só porque lhe(s) apetece, sistematicamente, ordenar novas diligências sobre matérias sobre as quais já houve diligências, sem que haja dados novos. Referiu que a zona de que se fala, independentemente do caminho A ou do caminho B, da Junta de Freguesia A ou da Junta de Freguesia B, está abrangida pelo Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode e, nesse contexto, o município de Tomar é a entidade licenciadora para várias matérias, mas tem que cumprir as diretivas, as condicionantes ou os pareceres que outras entidades



21

colocam, em particular a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Agência Portuguesa do Ambiente.-----

A Sra. Ana Batista perguntou se seria possível o Sr. Vereador dizer se as fossas foram encontradas e se cumprem os requisitos legais, porque é uma preocupação legítima.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que foi há algum tempo e não se recorda do texto dos autos, mas pode referir, genericamente, porque há outras situações relacionadas com fossas na área do concelho, que é sempre muito difícil para os técnicos fazer uma inspeção a uma fossa, desde logo porque está enterrada; para haver certeza absoluta que uma fossa é estanque ela teria que ser escavada ou haver indícios claros de haver uma qualquer forma de transposição dos efluentes; do que julga recordar-se, não houve reporte da existência de alguma anomalia, mas são muitos os processos que lhe são presentes todos os dias, e, em matéria de fossas, é a Agência Portuguesa do Ambiente que superintende.-----

Em conclusão, **a Sra. Ana Batista** referiu que, se há uma série de construções clandestinas, ou ilegais, ou não autorizadas, e não são conhecidas as características das fossas é porque estarão nas mesmas condições; há maneiras de verificação, por exemplo com recurso a análises aos solos, mas compreende a dificuldade de fiscalização visual; teriam que saber as conclusões da inspeção preliminar para perceber de que forma se pode e deve, ou não, pedir uma nova inspeção que possa de alguma forma tranquilizar e perceber se poderá estar a haver algum contributo direto de contaminação para a albufeira. Reiterou que estão disponíveis para todos os esclarecimentos que forem tidos por necessários e ficam a aguardar notícias da Câmara.-----

A Sra. Presidente agradeceu a todos a participação.-----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vereador Hélder Henriques deu nota de que, na próxima semana, a RSJT vai retomar a prestação do serviço de recolha porta a porta de papel e cartão junto dos estabelecimentos de comércio e restauração. Deu conhecimento que, no período de Natal, vão realizar uma campanha promocional dedicada aos clientes do Mercado Municipal, com oferta de uma máscara de proteção com logotipo do equipamento, mediante apresentação de talão de compras, para além de que, em breve, os clientes vão passar a dispor de carrinhos de compras.-----

A Sra. Presidente deu conhecimento que foram feitos investimentos em equipamento e em instalações para os Bombeiros, os quais, por força das alterações legislativas, passaram a



e.
[Handwritten signature]

22

Bombeiros Sapadores e precisavam de um novo refresh e de outro tipo de know how no seu Comando; há algum tempo que a situação estava a ser trabalhada e, em janeiro, iniciará funções um novo comandante, formado nos Sapadores. Assegurou que não há qualquer incompatibilidade com o Sr. Comandante Carlos Gonçalves, que deu o seu melhor nos anos em que esteve à frente da corporação e cumpriu a missão que, numa determinada fase, lhe foi atribuída; continuará a integrar o quadro de pessoal do Município e a desempenhar uma das funções que lhe foram apresentadas, compatíveis com a sua polivalência de conhecimentos e de experiência, conforme for sua opção. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira referiu que esta era uma questão que pretendiam abordar hoje, mas, ainda assim, gostariam de saber quais as funções que serão atribuídas ao Dr. Carlos Gonçalves. Realçou que foi notícia nalguma imprensa tomarense, e em redes sociais, a queixa da munícipe Cidália Pedreiro sobre a falta de uma passadeira na rua de São Sebastião, após as obras de requalificação realizadas, e deixou o alerta para esta questão. Reportou que lhes têm chegado algumas observações que dão conta que, quando procede à reparação de avarias, a Tejo Ambiente não deixa os arruamentos pavimentados o que causa algumas dificuldades e transtornos, como pode comprovar-se, por exemplo, na rotunda do McDonald's, atrás da escola Gualdim Pais, no cruzamento com as ruas Filipe Terci e Fernando Araújo Ferreira, e na estrada Marianaia -Valbom, à entrada na zona da Platex. Solicitou que seja feita alguma pressão junto da empresa intermunicipal para minimizar ao máximo os incómodos resultantes desta situação. -----

A Sra. Presidente reiterou que será o Dr. Carlos Gonçalves quem vai decidir entre dois locais para onde gostaria de ir, atendendo ao seu currículo e know how. Informou que o DOM está a avaliar a questão da passadeira na rua de São Sebastião. Reconheceu que se tem verificado algum atraso na reposição dos pavimentos intervencionados pela Tejo Ambiente e há cerca de novecentas reposições para fazer na área dos seis concelhos, mas já estão reunidas as condições para regularização da situação. Deu nota que a empresa intermunicipal procedeu à contratação desses serviços, mas teve que rescindir o contrato, por incumprimento, e lançar um novo procedimento; a nova empresa contratada já se encontra no terreno desde o dia vinte seis de novembro, estando prevista a sua presença no concelho de Tomar esta semana, nos primeiros quinze dias de janeiro e, depois, em fevereiro. Deu nota de que, nalguns casos, sobretudo no centro histórico, a Câmara não esperou pela empresa e tem estado a assumir a reposição. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos solicitou informação sobre o sistema intermunicipal de bicicletas



para uso público no Médio Tejo, cujo procedimento de contratação decorre no âmbito da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente como vai funcionar, quantas bicicletas estão previstas para o concelho de Tomar, onde se situam os locais de estacionamento e se vai contemplar todas as freguesias. -----

De seguida apresentou as seguintes RECOMENDAÇÕES: -----

TORRE DA CONDESSA-----

Na sequência da abertura da Porta da Condessa, a ligar a Mata Nacional dos Sete Montes ao Convento de Cristo, analisamos as imagens da cerimónia inaugural e percebemos o estado de degradação em que se encontra a Torre e a escada anexa. São visíveis brechas nas paredes, o telhado evidencia sinais de degradação e toda a estrutura revela necessidade de uma intervenção. -----

O protocolo assinado entre a autarquia, o ICNF e a DGPC pode não se limitar à abertura da Porta da Condessa. -----

Nesse sentido, recomendamos que a Câmara Municipal de Tomar solicite à Direção-Geral do Património Cultural que analise a possibilidade de reabilitação da Torre da Condessa em parceria com a autarquia e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. -----

TESTES COVID GRATUITOS PARA EMIGRANTES DO CONCELHO DE TOMAR NO PERÍODO DE NATAL-----

Viver o Natal com saúde e segurança é o que todos desejamos. -----

Sendo um momento de celebração e de festa em que a família se junta, esta ano com algumas restrições, o Município de Tomar pode dar um sinal aos emigrantes que regressem a Portugal nesta época para que sejam recebidos em segurança. -----

A recomendação que deixamos é que a Câmara Municipal disponibilize gratuitamente testes à Covid-19 a emigrantes que venham passar o Natal à sua terra. O objetivo desta medida seria sensibilizar os emigrantes para a importância de se protegerem a si e aos outros nesta época natalícia em que muitos regressam a Tomar para passar a quadra festiva junto das suas famílias. -----

PROGRAMA APOIAR-----

O Município de Tomar divulgou no dia 19 de novembro o Programa APOIAR.PT e APOIAR RESTAURAÇÃO, para apoio à tesouraria das micro e pequenas empresas, uma iniciativa governamental de apoio às empresas que tenham registado prejuízos em consequência da pandemia. -----



9.
10

No post no facebook são explicadas as condições de acesso aos apoios e processos de candidatura. -----

A nosso ver, a Câmara pode, numa lógica proactiva de apoio aos empresários de Tomar, e havendo na autarquia o Gabinete TomarInveste, dar um apoio mais direto e objetivo aos empresários auxiliando no processo burocrático das candidaturas. Basta criar um espaço aberto aos empresários para prestação de apoio às candidaturas ao Programa APOIAR.PT, o que se recomenda. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos procedeu ainda à apresentação de uma proposta visando apoiar a realização de obras em habitações degradadas para melhorar a qualidade de vida das famílias e as condições de habitabilidade dos prédios urbanos que tenham pelo menos trinta anos e se destinem a habitação própria. -----

No que se refere ao sistema intermunicipal de bicicletas para uso público, **a Sra. Presidente** informou que o projeto abrange nove concelhos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, um dos quais Tomar; neste momento, por força do aviso de candidatura, não pode estender-se fora dos núcleos urbanos, mas pretendem a sua expansão para além destas áreas; foi lançado um procedimento para elaboração desse estudo, que está contemplado no orçamento da Comunidade intermunicipal para o próximo ano. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que é perfeitamente legítimo que o Sr. Vereador Francisco Madureira apresente aqui a preocupação de uma cidadã, mas não pode deixar de comentar que, após a realização de uma obra, ainda para mais uma obra imensa como a requalificação da Várzea Grande, é natural que haja sempre questões de opinião e de gosto individual, ou mesmo, nalguns casos, alguma eventual falha que importe corrigir; em matéria de sinalização, incluindo as passadeiras, têm que ter em atenção que são questões essencialmente técnicas, se bem que envolvam sempre alguma discricionariedade, alguma subjetividade e também algum bom senso; no caso concreto da rua de São Sebastião, que apresenta uma nova tipologia, com passeios alinhados com a via, uma simples deslocação ao local tornará óbvio se faz ou não faz sentido uma passadeira. Tendo em conta a proposta apresentada, salientou que, no mandato anterior, no âmbito da estratégia que foi delineada, o município criou um conjunto de Áreas de Reabilitação Urbana na cidade, abrangendo praticamente todo o seu perímetro consolidado, e nas aldeias de Cem Soldos, Paialvo, Pedreira, Olalhas e Asseiceira, que consideraram estrategicamente mais relevantes, até para reabilitação dos respetivos centros urbanos; os cidadãos que fizessem reabilitação, e foram muitos na cidade, beneficiavam de um conjunto muito interessante de isenções no IMI, no IMT



e.
[Handwritten signature]

25

e no IVA das obras, entre outras questões que, nalguns casos, não eram aplicáveis transversalmente, tendo sempre como regra base a subida de dois níveis na classificação energética dos edifícios; menos relevante, mas também importante, o ano passado, atendendo à realização da Festa dos Tabuleiros, seguiram uma boa prática que existia e concederam isenção das taxas de ocupação de espaço público para obras de manutenção, ação que foi muito bem acolhida. Referiu que não podem estar a todo o momento a conceder isenções, ou a assumir como regra uma ação pontual com determinada estratégia, para além de que, para se propor um apoio a cinquenta por cento em obras é preciso explicar de onde vêm os fundos, porque têm que ter uma base para ser viável. Referiu que, no mandato anterior, definiram e apresentaram uma estratégia de intervenção no parque habitacional do concelho; em termos de habitação social, consideraram a intervenção em bairros sociais, a aquisição de imóveis, a construção específica (foi o caso do Centro Comunitário, mas há ainda a possibilidade de construção de habitação propriamente dita), o arrendamento (exploraram muito a possibilidade, tendo reunido com imobiliárias do concelho e tentado identificar imóveis para colocar à disposição das famílias); também equacionaram a intervenção em espaço particular, mas, percebendo a dimensão legal e burocrática, consideraram prudente não avançar e foram adiando essa intervenção, de certa forma também expectantes de que, a nível nacional, como aconteceu no início do século, acabasse por surgir um programa com esse objetivo, que definisse os aspetos legais e eventuais fontes de financiamento, expectativa que ainda existe. -----

A Sra. Presidente complementou a resposta sobre o sistema intermunicipal de bicicletas para uso público, informando que o procedimento que foi lançado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo visa a aquisição de bens e serviços referentes ao planeamento, implementação, gestão, operação e avaliação do sistema intermunicipal de bicicletas partilhadas para uso público no Médio Tejo, envolvendo os concelhos de Alcanena, Constância, Entroncamento, Mação, Ourém, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha, tem o valor base de um milhão, oitocentos e cinquenta mil euros, e o prazo de execução de dois anos; no que se refere ao concelho de Tomar, está prevista a aquisição de trinta e seis bicicletas elétricas e a instalação de sessenta docas, no Complexo Desportivo, no Hotel dos Templários, no Convento de Cristo, na Biblioteca Municipal, no Estádio Municipal, no parque de estacionamento da rua Dr. Sousa e na Várzea Grande. Sobre a recomendação relativa à Torre da Condessa, salientou que o Município não pode estar sempre a substituir-se à Administração Central do Estado; investiram no Aqueduto dos Pegões, porque, de acordo com os peritos, um



26

dos arcos apresentava uma grande inclinação e isso podia levar à sua ruína, mas a Direção-Geral do Património Cultural tem que investir em Tomar; fica com a totalidade da bilheteira do Convento de Cristo e pode perfeitamente investir em obras de recuperação daquele património, que nem sequer está visitável e serve de armazém de materiais para limpeza dos espaços verdes do monumento Deu nota de que os tanques da Mata Nacional dos Sete Montes lhes oferecem maior preocupação, e entendem que era importante proceder à sua recuperação, até para poderem criar o ciclo da água, que pode ser aproveitada para rega; o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não tem dinheiro para assumir a componente nacional, mas está disponível para procurar financiamento, e a Câmara Municipal está disponível para ser o dono dessa obra; está a ser realizado em conjunto o levantamento dos trabalhos que são necessários em cada um dos tanques para poderem realizar um projeto global de reabilitação, a candidatar a fundos comunitários.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que compreendem a questão, mas o que recomendam é que Câmara Municipal inste perante a Direção-Geral do Património Cultural para a possível reabilitação da Torre da Condessa. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** referiu que isto tem sido feito e que a questão tem sido abordada pela Câmara e pelo próprio Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que gere o espaço onde se encontra implantada a Torre da Condessa, mas isso não vai fazer com que a obra exista; tem argumentado e defendido junto da Direção-Geral do Património Cultural que as receitas que são cobradas no concelho deveriam ser alocadas a despesas no monumento, em vez de irem para o saco geral. Sobre a recomendação para que disponibilizem gratuitamente testes à Covid-19 a emigrantes que venham passar o Natal, disse que não merece o seu apoio porque devem investir na testagem dos nossos, para salvaguardar a saúde de todos, e cada família tem que se organizar. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que os emigrantes também acabam por ser dos nossos e, ao cederem os testes, acabam por estar a proteger os nossos que cá estão.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** referiu que tem que haver equilíbrio e que a Câmara não tem que se sobrepor às famílias e aos cidadãos, nem deve fazê-lo.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão sublinhou que o Município de Tomar tem tido muita proatividade em muitos aspetos da pandemia, mas, se viessem a disponibilizar gratuitamente testes à Covid-19 a emigrantes que venham passar o Natal, estariam a passar uma mensagem totalmente contraditória com aquilo que, nacional e internacionalmente, com regras mais ou menos apertadas, se anda a pedir; o que se pede é que não se façam grandes deslocações,



e.
[Handwritten signature]

não se provoquem grandes ajuntamentos, se celebre o Natal e o Ano Novo o mais possível na unidade familiar mais restrita e, se assim procedessem, estariam quase a convidar os emigrantes para vir, o que não seria coerente, nem uma boa ação; por outro lado, em termos práticos, a maioria dos emigrantes faz a viagem de carro e para atravessar Espanha precisa de ter um teste válido. Defendeu que, no âmbito da pandemia, há outras iniciativas onde podem e devem gastar os recursos disponíveis. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira reforçou a recomendação para disponibilizar gratuitamente testes à Covid-19 a emigrantes que venham passar o Natal a Tomar porque, como todos sabem, a vinda deles vai acontecer de qualquer das formas e, se tiverem este acolhimento, sentirão ainda mais confiança e perceberão que o concelho de onde são naturais se preocupa com a sua segurança e saúde (Leiria, por exemplo, adotou esta medida), para além de que também estão a incentivar que contribuam para a economia local nesta época do ano, em condições de segurança. Sobre a informação a propósito da Torre da Condessa, referiu que entende perfeitamente que a Câmara não tenha que se substituir à entidade competente, mas, no mínimo, deve exercer alguma pressão para que o arranjo se concretize, e tem perfeita noção de que a Câmara o fará. Sublinhou que a informação prestada sobre os tanques da Mata Nacional dos Sete Montes, que sabe estarem muito deteriorados e constituem até um perigo para as pessoas, lhe despertou alguma curiosidade porque, para virem a ter água é preciso que ela corra no aqueduto dos Pegões. Perguntou se estará a ser equacionado que volte a correr água no Aqueduto para que os tanques sejam abastecidos.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** disse que isso seria o desejável, mas, é uma meta muito avançada e não acreditam que o possam concretizar; para já, pretendem reabilitar os tanques para aproveitamento da água das chuvas e encaminhamento da água entre eles; um dos tanques apresentava um grau de degradação muito grande e a Câmara assumiu a realização, por administração direta, de obras de contenção e de reabilitação; estão a ser avaliadas as fontes de financiamento possíveis, mas sem projeto não poderão submeter qualquer candidatura e é nisso que estão a trabalhar, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou o que levou ao estabelecimento da parceria com um canal de televisão para realização de testes covid e quais os custos que terão existido para o Município. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** referiu que o Camião Esperança, que vai na terceira edição, é uma parceria com a TVI, a Rádio Comercial, a Associação Nacional dos Médicos de Saúde



e.

Pública e a Galp; Tomar foi contactado para aderir e, atendendo a que se verificava um pico de crescimento do número de casos, cujas características denunciavam que a propagação estava disseminada na comunidade, como ainda acontece, consideraram importante a associação a esta iniciativa para poder haver uma testagem tão alargada quanto possível, estando obrigados ao pagamento de trinta e três mil euros; estavam previstos mil e cem testes, cem dos quais a título de oferta, bem como a entrega de dez mil máscaras FP1, que vão servir para os trabalhadores da Câmara e para alguma outra situação em que tenham que colaborar. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou quantos testes foram considerados na verba indicada.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** referiu que foram oitocentos e oitenta e nove os testes utilizados pela população, salientando que a publicidade a Tomar não se paga.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet frisou que cada teste ficou por pouco mais de quarenta euros e gostaria de saber quais são os custos dos mesmos testes no Laboratório com o qual o município tem uma parceria.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** esclareceu que a Câmara não tem parceria com qualquer Laboratório, o que tem é um contrato de aquisição de serviços de testagem, pelo preço unitário de noventa e sete euros.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se são conhecidos os resultados dos testes efetuados no Camião e se houve muitos positivos.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** informou que, de acordo com os dados que foram tornados públicos, foram detetados vinte e nove casos positivos, quatro dos quais foram inconclusivos e vieram a dar negativo no contra teste.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu poder concluir-se que os testes saíram mais baratos no Camião da Esperança do que no Laboratório.-----

A Sra. Presidente frisou que não se pode tirar essa conclusão porque uns são testes rápidos e outros são testes PCR, para além de que não foram realizados todos os testes considerados na iniciativa.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet congratulou o executivo por ter tentado dar resposta favorável à proposta que apresentaram para que se verificasse uma antecipação, mesmo que parcial, dos pagamentos aos comerciantes aderentes à campanha Tomar Natal; os comerciantes receberam a indicação de que parte das compras vão ser pagas e para muitos essa receita é muito importante. Perguntou se vem um comandante para os Bombeiros de



e.
[Signature]

29

Tomar ou uma equipa de comando e se fica(m) a pertencer aos quadros do município como acontece com o Dr. Carlos Gonçalves.-----

Em relação aos pagamentos aos comerciantes aderentes à campanha Tomar Natal, **a Sra. Presidente** referiu que, apesar do que disse quando a sugestão foi apresentada, nada impede uma transferência entre os investimentos previstos em empreitadas para reforço da rubrica de aquisição de serviços e resolveram não lançar este ano a empreitada de reabilitação da estrada de São Simão, cujo primeiro procedimento de contratação ficou deserto e estava para ser relançado com aumento do preço base; vai dar para pagar pelo menos o mês de novembro. No que se refere aos Bombeiros, informou que vem para Tomar um Comandante, que é quadro de uma Câmara Municipal e vem por acordo de cedência de interesse público; o novo Comandante escolherá a equipa com quem quer trabalhar, sendo certo que, por força da lei, o Corpo de Comando tem que ter menos elementos do que tem atualmente e o segundo comandante tem que ter licenciatura; sem querer condicionar, é natural que o atual segundo Comandante, que pediu a reforma há algum tempo, tenha que assegurar a passagem a quem vier. Neste momento, o Corpo de Comando está assegurado interinamente pelo segundo Comandante e por dois Adjuntos. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet sugeriu que a receita que o município arrecadou com a venda dos cartões da campanha Tomar Natal pudesse servir para pagar aos comerciantes aderentes mais alguma verba adicional. Perguntou se a Câmara tem elencadas as instituições que se candidataram ao programa PARES e qual é o ponto da situação dessas candidaturas.-----

A Sra. Presidente informou que o prazo de entrega das candidaturas foi adiado, mas é um processo que está a ser mais acompanhado pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão e pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que esta candidatura, cujo prazo foi prorrogado até ao final do corrente ano, está relacionada com obras e obriga à apresentação de um documento comprovativo do acordo do(s) projeto(s) com os instrumentos de gestão do território em vigor e é nesse âmbito que tem acompanhado o processo; pretendem apresentar candidatura dez ou onze instituições particulares de solidariedade social; o contacto tem sido regular, em particular com três ou quatro que têm a sua situação mais complicada, porque só com o novo Plano Diretor Municipal é que podem realizar obra (as situações estão consideradas na proposta de plano, mas, à data, ainda não estão em conformidade, se bem que já estão na fase de discussão pública); há ainda algumas situações que se prendem com outras questões, como a Lei do Ruído, que estão a avaliar e a acompanhar; em muitos casos,



e.
30

foi o Município que contactou as instituições e sensibilizou para a necessidade de tratar atempadamente de tudo caso houvesse interesse na candidatura.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que, neste momento, o Conselho Local de Ação Social não é solicitado a emitir parecer prévio à candidatura; primeiro, as instituições particulares de solidariedade social submetem a sua candidatura em depois, a Segurança Social envia o projeto, junto com uma grelha de avaliação, que, depois de preenchida pelo Núcleo Executivo, é avaliada e decidida pelo CLAS. Sobre o Tomar Natal referiu que quando projetaram esta iniciativa, pioneira a nível nacional, não tiveram qualquer base de trabalho e é normal que pudessem existir algumas lacunas, que serão muito superficiais face ao que atingiu e está a atingir; a adesão foi grande e houve necessidade de rever o valor que afetaram inicialmente, que passou de quarenta para cem mil euros, e, agora, de reanalisar a questão do pagamento aos comerciantes aderentes, para que as verbas lhes possam chegar o quanto antes.-----

Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia” a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e oito euros, oitenta e seis cêntimos (4.138.638,86€) em Operações Orçamentais, e duzentos e setenta e três mil, duzentos e vinte um euros, setenta e oito cêntimos (273.221,78€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR – REVALIDAÇÃO-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revalidação do protocolo de cooperação celebrado a 17 de abril de 2014 com o Instituto Politécnico de Tomar visando, com a articulação sustentada dos meios técnicos, materiais e humanos de ambas as entidades, fomentar e promover o desenvolvimento do concelho de Tomar através da inovação, da empregabilidade, da valorização de fatores de atração do concelho e da valorização da arte, da cultura e do património.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a revalidação do referido protocolo de cooperação.-----



9
31

O Sr. Vereador Francisco Lopes Madureira Salgueiro não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata formularam a seguinte recomendação:-----

Funcionando no Instituto Politécnico de Tomar o curso superior de Gestão, recomendamos que se aprofunde esta cooperação nas áreas da economia e gestão, por exemplo concretizando a nossa proposta de Observatório da Economia em Tomar.-----

Consideramos importante haver uma maior ligação entre o Instituto Politécnico de Tomar e o tecido empresarial local através de projetos que envolvam a Câmara Municipal, a ACIFOFEBA e eventualmente a NERSANT.-----

Da mesma forma, funcionando no IPT o curso de Turismo e Gestão do Património Cultural, porque não criar um Observatório do Turismo de Tomar? -----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 513/2020 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência do autocarro do Município no mês de novembro do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e o apoio prestado, no montante global de 2.596,225€ (dois mil, quinhentos e noventa e seis euros, vinte e dois cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

N.º 03 – REFORÇO DE EQUIPAMENTOS PARA RECOLHA DE RECICLÁVEIS NO MERCADO MUNICIPAL-----

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata: "O número de equipamentos para deposição de resíduos recicláveis no Mercado Municipal é manifestamente insuficiente para as necessidades, facto que se agrava às sextas feiras, quando se realiza o mercado semanal.-----

Constata-se que, com o vento, em dia de mercado semanal, os resíduos são empurrados para o Rio Nabão, sendo esta outra forma de poluição que a Câmara pode minimizar.-----

A colocação de mais equipamentos para deposição de papel / cartão e embalagens contribuiria para sensibilizar os feirantes e os utilizadores do espaço para a importância do correto



[Handwritten signature]

encaminhamento dos resíduos, promovendo práticas ambientalmente sustentáveis como a reciclagem e a economia circular. -----

Ao mesmo tempo, importa sensibilizar os feirantes para separar e acondicionar os recicláveis, evitando a sua disseminação pelo recinto e para depositar os resíduos (espalmados para redução do seu volume) nos respetivos contentores.-----

Neste sentido, propomos que a Câmara Municipal de Tomar: -----

- articule com a RSTJ (Resitejo) a colocação de mais equipamentos para deposição de resíduos recicláveis no Mercado Municipal;-----

- desenvolva uma campanha de sensibilização junto dos feirantes para a correta deposição dos resíduos nos recetáculos apropriados;-----

- estude a possibilidade de instalação de uma máquinas de recolha de garrafas de plástico PET em que os cidadãos recebem, em troca, vales de desconto (cujo valor varia entre dois cêntimos, para garrafas entre cem mililitros e meio litro, e cinco cêntimos, para garrafas entre o meio litro e os dois litros), descontos esses que poderiam ser utilizados, por exemplo, no próprio mercado municipal.”. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE: -----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em novembro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d), f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foram ainda presentes os despachos efetuados pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, nos meses de novembro e dezembro, ao abrigo das alíneas y) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação. -----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



e.
[Signature]

N.º 05 – CONTRATO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR, A TEJO AMBIENTE EIM, SA E A RSTJ EIM, SA-----

Foi presente, para conhecimento, o contrato de cessão à Tejo Ambiente EIM, SA da posição contratual do Município de Tomar face à RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA, com efeitos a 1 de novembro de 2020.-----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 06 – IMPACTO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS ATÉ 2025 -----

Foi presente, para conhecimento, informação prestada pela ESGRA - Associação para a Gestão de Resíduos sobre o impacto da evolução da taxa de gestão de resíduos (TGR) até 2025.-----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA CHOROMELA, N.º 2 – Pedro António Boto Courinha Lobato-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 3768/DAJA/2020, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda do primeiro andar esquerdo do prédio sito na travessa da Choromela, n.º 2, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1254, que Pedro António Boto Courinha Lobato pretende fazer a Luís Furtado e Cátia Mendes, pelo valor de 83.000,00€ (oitenta e três mil euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada pelo valor apresentado.-----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL ZERO – isenção de taxas-----



Handwritten initials and signature

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 3699/DAJA/2020, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença especial de ruído para realização das atividades programadas no âmbito do Festival Zero, promovidas pela Espaço Zero Artes Comunicantes - Associação de Cultura, entre 27 de novembro e 2 de dezembro, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 09 – PROJETO ACADEMIA DE LÍDERES UBUNTU ESCOLAS - TOMAR -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a celebração de protocolo de colaboração com o Instituto Padre António Vieira e o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria para desenvolvimento e implementação do Projeto “Academia de Líderes Ubuntu Escolas - Tomar”, nos anos letivos 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023, envolvendo a atribuição de apoio financeiro ao referido Instituto, no valor total de 18.000,00€ (dezoito mil euros), pelos fundamentos apresentados na informação n.º 864/2020 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a celebração do protocolo nos exatos termos da minuta apresentada, nos termos e fundamentos da referida informação técnica, que homologa. -----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão e a Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomaram parte nesta deliberação por se encontrarem ausentes da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 10 – AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DO CENTRO RECREATIVO CULTURAL E DESPORTIVO DO RANCHO FOLCLÓRICO DA PERALVA – isenção de taxas

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo 554/EDIF/DGT/2016, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas correspondentes ao pedido de autorização de utilização das instalações sitas na rua Principal, n.º 7 B, em Peralva, Freguesia de Paialvo, e emissão do respetivo alvará, requerida pelo Centro Recreativo Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico da Peralva, nos termos da informação n.º 11953/2020 da Divisão de Gestão do Território. -----



e
[Signature]
35

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das taxas ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARRECADAÇÃO E ARRUMOS PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS – ESTACIONAMENTO – Angélique Jeannine Silva Teixeira e outro-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 201/EDIF/DGT/2020, relativo à alteração de utilização de edifício de arrecadação e arrumos, sito em Vale dos Ovos, Freguesia de Sabacheira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 710/19901115, para comércio e serviços, requerida por Angélique Jeannine Silva Teixeira e outro, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação do pagamento da compensação correspondente à não criação de dois lugares de estacionamento, calculada em 280,10€ (duzentos e oitenta euros, dez cêntimos), nos termos e fundamentos das informações n.ºs 10001/2020 e 14503/2020 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar a não criação dos lugares de estacionamento em falta, aceitando o pagamento da correspondente compensação, ao abrigo do n.º 5.4 do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e de edificação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 12 -AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS) EM REGIME DE CONFEÇÃO LOCAL E TRANSPORTE A QUENTE - Assunção de compromissos plurianuais -----

A Sra. Presidente procedeu à retirada do assunto da ordem do dia tendo em conta que a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais foi objeto de deliberação da Assembleia Municipal, em sessão realizada a vinte cinco de setembro, por proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de trinta e um de agosto. -----

N.º 13 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A MUSEALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DO FÓRUM ROMANO DE TOMAR – procedimento de contratação-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou a ata da reunião do júri do procedimento de contratação pública da empreitada de construção de edifício para a musealização das ruínas do Fórum Romano de



Tomar, realizada a 2 de dezembro, relativa à apreciação dos erros e omissões e resposta aos concorrentes. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3087/PR/2020, de 03 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata recomendaram a apresentação pública do projeto dado o seu interesse público e patrimonial. **Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e sete minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal

Avelina Maria Lopes Leal